

Fronteiras da indecência



As assimetrias que o Estado provoca

A **Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (ASPP/PSP)** repudia a forma como o Ministério da Administração Interna desvaloriza os profissionais da PSP que trabalham nas fronteiras de Portugal.

Salário igual, trabalho igual, deveria ser uma "máxima" respeitada.

Há meses que assistimos aos profissionais da PSP "low cost" a dar rosto à fronteira, lado a lado com os colegas do SEF.

Isto é vergonhoso num Estado de direito. O Estado provoca assimetrias, viola o direito à igualdade, abusa dos direitos dos polícias com este tratamento desigual.

Uns têm direito à greve, outros não.

No passado recente foi emanado um documento do Governo sobre o combate à corrupção. Neste invocava-se a necessidade do pessoal afeto ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras ter um vencimento na ordem do dobro da restante Administração Pública, pela razão da especificidade dessa missão. Agora a missão passa para a PSP e essa preocupação de combate à corrupção cai por terra.

Uns têm direito a férias no período das jornadas da juventude, outros não.

Os profissionais da PSP colmatam constantemente a ausência dos profissionais do SEF, com prejuízo para as suas vidas pessoais, por o importante ser garantir a segurança dos postos fronteiriços, numa desvalorização das escalas do pessoal da PSP.

A disponibilidade do MAI para reunir com as estruturas representativas do SEF, contrasta com a secundarização em reunir com as estruturas representativas do pessoal da PSP - os que sofrem os impactos do processo de reestruturação.

A **ASPP/PSP** reitera a necessidade do agendamento de uma reunião por parte do MAI, para esclarecimento aos profissionais da PSP do ponto de situação e perspectiva de futuro, dada a ausência de qualquer informação por parte de quem comanda.

#ASPP